

# ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

## Neolitização em Portugal

O público e o privado na  
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização  
de sítios arqueológicos



Titulo  
Arqueologia e História

Volume  
55

Edição  
Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa  
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52  
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção  
José Morais Arnaud

Coordenação  
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico  
*oficina de design* Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão  
Publidisa

Tiragem  
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses  
ISSN  
972/9451-39-7

Solicita-se permuta  
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva  
responsabilidade dos respectivos autores

# “O Lugar da História” na Associação dos Arqueólogos Portugueses: uma primeira abordagem

Ana Cristina Martins<sup>1</sup>

*Não se lançam aqui dogmas,  
não se pede que volte a ser habitada  
a Citania de Briteiros,  
nem se reintegre a baixa de 1754*

Actas da AAP, 1935



1. Medalha de honra da RAACAP. 1875. AH/AAP

## Nota introdutória

Quando, em 1863, se fundou de modo officioso a *Associação dos Architectos Civis Portuguezes (AACP)*, os seus principais mentores não perspectivaram, decerto, o enorme impacte e a evidente visibilidade que a mesma alcançaria rapidamente no seio da nossa mais ilustrada sociedade e *intelligentzia*. Constituída com a finalidade primordial de promover e elevar o estatuto profissional dos architectos civis em Portugal, cedo se reconheceu a necessidade de alargar este desiderato aparentemente tão restrito a um leque de actividades que contemplasse a promoção da salvaguarda patrimonial.

De facto, o país não primava pela presença de um activo movimento associativo de indole cultural, que a própria *Sociedade Archaeologica Lusitana* não lograra ultrapassar, apesar da indiscutível valência social dos seus membros. Mas, tal como nas demais vertentes nacionais, também a preservação da memória histórica era há muito debatida no seio da nossa mais reconhecida intelectualidade, extremamente activa nos permanentes “brados” que lançava a favor dos lugares simbólicos do nosso espaço territorial. Assim, os círculos letrados do país não se encontravam apenas sensibilizados para todas as questões inerentes à conservação e restauro dos símbolos maiores do nosso passado. Além de se encontrarem devidamente apetrechados com os códigos imprescindíveis à leitura, interpretação e divulgação das páginas de antanho, os seus mais destacados nomes empenhavam-se activamente na sua salvaguarda através de artigos de opinião publicados nos principais periódicos lisboetas e nacionais, ao mesmo tempo que faziam ecoar nos “Passos Perdidos” a força da sua razão e dos seus projectos, configurando cenários onde os principais representantes do país concentrassem algumas das suas energias na valorização do nosso passado como uma das premissas essenciais à sobrevivência do jovem liberalismo.

Foi em face do vazio político e cívico que se fazia sentir entre nós nesta área tão específica, que a AACP acabou por se converter paulatinamente à acção patrimonial, ademais consagrada nos seus intentos primordiais, embora sem a profundidade que a caracterizaria

doravante. E foi sobretudo a partir de 1871 que a Exposição Universal de Paris (1867), os congressos arqueológicos franceses e as primeiras sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica acabaram por imprimir um carácter mais abrangente nas actividades desenvolvidas pelos seus associados, definitivamente assumido em 1872, quando passou a intitular-se de *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP)*. A partir de então, passaram a ser debatidas todas as temáticas referentes ao passado, mesmo que a principal tônica fosse sempre concedida a todos os estudos promotores de um melhor conhecimento do génio artístico de antanho, cujas materializações expressariam as principais características culturais e civilizacionais de quem as concebera, executara e vivera. Na verdade, canalizavam-se todas as acções animadas pelos principais consócios para um único e incontornável propósito: a salvaguarda dos recentemente denominados "monumentos nacionais", numa tentativa última de converter os nossos dirigentes políticos à causa patrimonial, na relevância que os seus principais hinos poderiam assumir no reavivamento da chama nacionalista e na congregação dos esforços nacionais na sagração do novo ideário liberal.

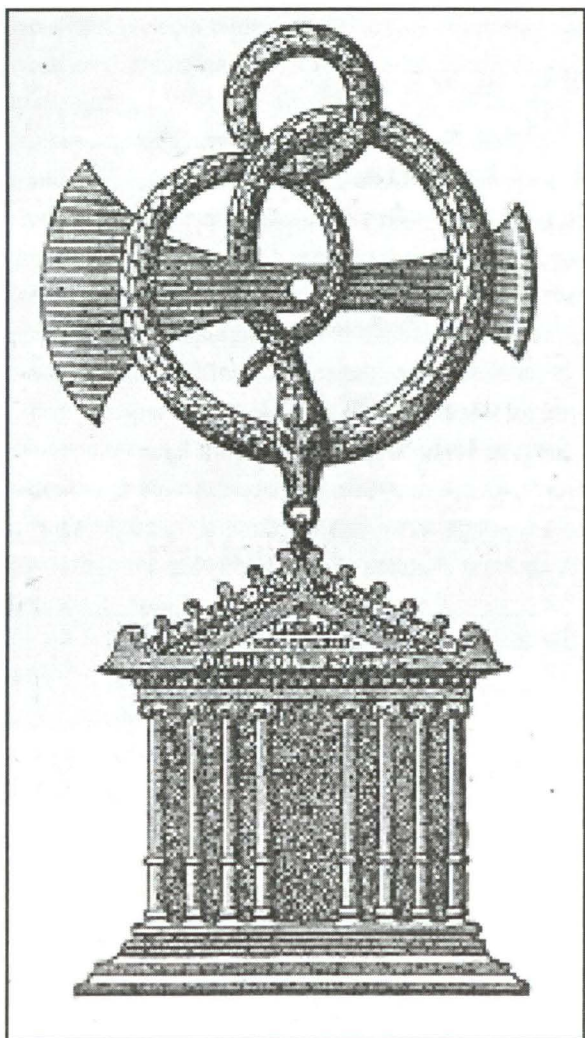
Assistimos, deste modo, ao despertar de uma segunda fase no desenvolvimento interno da actual Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), não apenas decorrente do regresso definitivo de J. Possidónio N. da Silva (1806-1896)<sup>2</sup> à presidência associativa, como da nova intitulação real e do início da segunda edição do seu órgão impresso, *Arte-Sciencia-Historia*, agora com a designação de *Boletim de Architectura e Archeologia*, em cujas páginas se imprimiriam artigos não exclusivamente relacionados com a Architectura e os estudos artísticos. E esta mutação observar-se-ia na própria estrutura associativa. Se até então os grupos específicos de trabalho se conectavam aos "Estudos de Architectura Civil", de um modo geral, a partir dos anos setenta as suas designações denunciariam a implementação de novos objectivos. De facto, se em 1865 as secções existentes eram as de *decoração, distribuição e de construção*, num segundo momento da

sua – ainda – curta História, a RAACAP albergaria os ramos de *Esthetica, das decorações architectonicas e de apreciação de obras d'arte, de Theoria de Architectura, e archeologia nacional e de Construção, e principios de Hygiene applicada às edificações*. E se numa primeira apreciação seríamos quase tentados a negar qualquer alteração substancial nesta remodelação, um olhar mais atento sugere-nos a presença de uma intenção, mais ou menos velada, de adicionar paulatinamente aos primeiros objectivos associativos a prática que se revelaria mais duradoura na existência associativa: o estudo do passado nas suas mais díspares manifestações.

Na verdade, a própria denominação inicial da sua revista já denunciava algumas intenções bem definidas neste sentido, manifestas, aliás, nas expressões *Arte e Historia*. Eram, contudo, símbolos de uma força maior, ela própria perfeita de designios claramente práticos, já que, antes de mais, tendiam a desenvolver o exercício arquitectónico entre nós. Parecia, no entanto, que os seus principais propugnadores preparavam, deste modo, o caminho que haveriam de trilhar em breve. E ao sublinhar a importância do estudo das obras de Arte e da própria Arqueologia (mesmo que "nacional"), os seus fundadores enunciavam as duas vertentes que passariam a orientar doravante a vida associativa, numa altura em que a sua investigação ganhava corpo entre os maiores nomes das nossas Artes e Letras. Passava-se, desta forma, de uma actividade restringida à *Architectura e Construção*, para uma acção votada à *Architectura e Archeologia*.

E se até ao despontar desta segunda série de publicações os seus números eram essencialmente preenchidos com artigos biográficos de architectos e artistas plásticos, e se aludiu à emergente Arqueologia apenas quando se explanou sobre o Convento de S. Francisco, em Santarém, a partir da sua segunda década existencial o panorama alterou-se profundamente, num reflexo evidente das próprias novidades integradas nas acções quotidianas da vida associativa. A esta inversão obrigou o crescente espólio museológico, bem como as interpelações quase diárias dirigidas nesse sentido aos seus órgãos sociais, ademais despertados para a incontorná-

vel necessidade de accionar todo um programa conducente à salvaguarda da memória nacional, que se aspirava comum a todos os portugueses. Era um grito quase desesperado lançado a favor da preservação das nossas próprias fronteiras psicológicas. Sem ela – acreditava-se – esbater-se-ia todo o sentido existencial de uma pretensa *portugalidade*, ela própria resultante de um âmbito geográfico e cultural bastante preciso, como definidos teriam sido os séculos passados perante um cenário animado por permanentes antagonismos, esses verdadeiros – senão, mesmo, únicos – protagonistas das fabuladas características que os regentes e dirigentes nacionais persistiam em declarar como “nossas”, indivisíveis e dificilmente reproduzíveis por outrem.



2. Distintivo dos sócios da RAACAP. 1878. AH/AAP

Foi, assim, que, até 1925, e no seu sentido mais abrangente, os estudos históricos passaram a ocupar um lugar de realce nas actividades da AAP, privilegiando-se a redacção de artigos reafirmadores da identidade que se pretendia “nossa”. Em plena era fontista, quando a força da industrialização e a pretensão burguesa rasgavam estradas e lançavam os primeiros grandes troços da via férrea, que havia de estreitar regiões, aproximar gentes e propagar novas ideologias, a História entrou com determinação na vida associativa. Consagraram-se, então, cursos, palestras e artigos a estudos históricos, abrangendo áreas tão diversificadas, quanto os historiográficas e biográficas, para além de monografias dedicadas a edifícios, obras de arte móvel e a localidades marcantes da História de Portugal, a par de relatos reportáveis a descobertas arqueológicas ocorridas entre nós e além fronteiras, juntamente com as denominadas “excursões” organizadas a alguns dos “lugares de memória” (considerados) mais relevantes do passado português. Concorriam, no entanto, para um único desiderato, estabelecido logo no princípio da sua existência: o despertar das consciências para a urgência de garantir a perpetuação do registo histórico.

E como já tivemos oportunidade de referir noutras ocasiões<sup>3</sup>, as acções associativas nesta área não se circunscreviam ao espaço da sua sede, estabelecida na igreja arruinada do convento do Carmo, onde se expunha ao olhar público o espólio que o seu museu ia acumulando quase diariamente. Com efeito, foi graças aos seus incessantes esforços que se decidiu constituir superiormente a *Comissão dos Monumentos Nacionaes* no dealbar dos anos oitenta do mesmo século XIX, da qual faziam parte alguns dos seus mais carismáticos membros. Mas não só. Além de participar activamente na exploração de *sítios* arqueológicos, na formação de grupos patrimoniais e na fundação de novos espaços museológicos, a RAACAP motivou acesas discussões desenroladas em torno da necessidade de se legislar especificamente sobre os monumentos futuramente considerados como “nacionais”. A sua implementação seria, porém, apenas possível através de uma ampla campanha promocional e, acima de tudo, de uma nova tomada de consciência cívica, que somente a força do regime

republicano conseguiria alcançar num país onde a propriedade privada ainda preponderava (e continuaria a prevalecer) sobre o "bem comum".

Este cenário manter-se-ia no seio associativo até ao falecimento de Possidónio em 1896, ano para o qual remeteremos a finalização da segunda grande fase do desenvolvimento da RAACAP. Mas um certo esmorecimento que se faria sentir logo após o desaparecimento desta marcante figura acabaria por redundar numa das suas principais forças de actuação. Revendo-se nos princípios que nortearam a sua vivência desde o amanhecer dos anos setenta, os principais correligionários do fundador associativo assumiram-se, precisamente, como tais: enquanto perpetuadores da obra iniciada por Possidónio anos antes, que tudo fizera para a cimentar entre a nossa mais brilhante intelectualidade. Bastava, tão somente, prosseguir o caminho já trilhado e persistir no seu permanente desbravamento, por vezes tão árduo perante um mar de indiferença face aos enunciados propostos, absolutamente indispensáveis ao resgate efectivo da nossa memória.

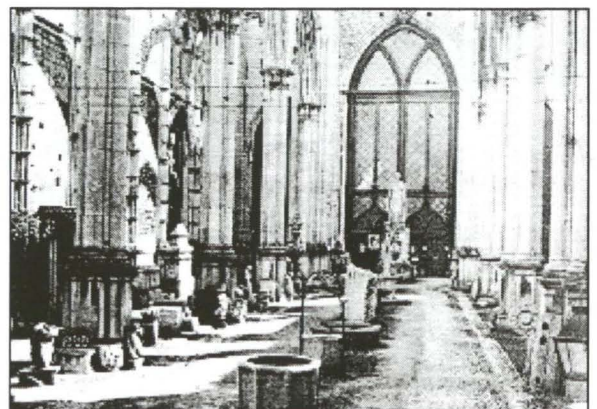
E se 1896 foi um dos períodos mais complexos para a RAACAP, 1910 estabeleceu uma fronteira definitiva num longo processo, que culminou com o seu desmembramento, sem implicar, contudo, a sua dissipação, decerto por muitos anunciada e, talvez, por bastantes outros pretendida, pois a sua voz constringia algumas consciências menos despertadas para a causa patrimonial. Foi, assim, que, apesar de o principal grupo de arquitectos ter-se afastado para constituir uma associação própria (antecessora da actual Ordem dos Arquitectos)<sup>4</sup>, foram ainda alguns os que permaneceram no seu seio, convictos que estariam do papel determinante que a – agora – AAP (já sem, muito naturalmente, o *Real*) poderia e deveria desempenhar em toda a demanda patrimonial, como seria, decerto, agendado pelo próprio Rozendo Carvalheira (?–1919). Ao permanecerem nos seus órgãos administrativos, anunciavam o quanto acreditavam no seu projecto, ao mesmo tempo que ansiariam por abrir duas frentes de actuação no âmbito da salvaguarda patrimonial, mesmo que segundo dois pontos de vista aparentemente distintos, embora assaz complementares. Doravante, os meandros históricos e arqueológicos

permaneceriam quase em exclusivo no foro associativo, enquanto a defesa do estatuto e da prática arquitectónica se transformaria no principal apanágio da futura Ordem dos Arquitectos, embora sem descurar os estudos artísticos inalienáveis da sua própria condição profissional. E a separação, quase umbilical, observada entre as duas principais vertentes da anterior RAACAP reflectir-se-ia na mudança definitiva do título do seu órgão impresso, que passou a denominar-se de *Boletim de Arqueologia e História*.

### A Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Embora, como já vimos, os estudos históricos tivessem ingressado no meio associativo logo no início da sua existência, somente em 1925 se criaria uma secção específica.

Mas não foi apenas com a História que tal sucedeu. Desde a criação da Associação dos Arquitectos Portugueses, que a AAP se viu, de repente, esvaziada de algumas das secções que a formavam e lhe tinham dado vida e sentido, como seriam as referentes aos estudos estéticos, teóricos e práticos do exercício arquitectónico. Além disso, o cenário institucional e científico evoluíra bastante na área histórica e arqueológica para que se insistisse numa continuidade que já não fazia, propriamente, sentido. O entendimento enciclopedista dera, definitivamente, lugar à especialização, e a figura do *savant* era, agora, substituída pela do perito. Era, por isso, fun-



3. Museu Arqueológico do Carmo no início do século XX. AH/AAP

damental especificar campos de actuação científica no seio associativo, sob pena de se perder o sentido que lhe dera forma, agora que alguns dos seus primeiros enunciados tinham passado para a esfera pública, assumindo-se como áreas preferenciais de actuação de algumas instituições estatais, como universidades, institutos, academias e laboratórios.

Todavia, o caminho para este limiar decisivo fora preparado muito antes de os arquitectos terem fundado o seu próprio organismo. Quase que antevendo uma terceira era na vida associativa estipulada oficialmente com a morte do presidente Conde de São Januário (1829-1901), no início de 1901, anunciou-se a criação dos seguintes sete grupos de trabalho no âmbito da Secção de Arqueologia: *Archeologia prehistorica*, *Archeologia Christã*, *Archeologia Nacional*, *Archeologia de Lisboa*, *Numismatica*, *Heraldica* e *Bibliographia archeologica*<sup>5</sup>. Um breve olhar sobre a designação destas sub-secções permite-nos perceber o entendimento que se deteria à época dos estudos arqueológicos, de um modo geral, e que, na essência, não se distanciaria sobremaneira da acepção actual, com algumas especializações que não vemos, propriamente, consignadas nas correntes aplicações universitárias. Não obstante, a verdade é que intencionalidade a primacial continuava a residir na promoção de todas as actividades tendentes a divulgar e preservar o património existente. E nada poderia ser mais actual, numa altura em que a Arqueologia se estende a campos até à pouco inimagináveis, como o nuclear e o forense. Era como se, no dealbar do século vinte, se renunciasse a cristalização de uma ideia concebida em meados da centúria precedente. Num verdadeiro esforço interdisciplinar derivado de um pleno reconhecimento de que a realidade é una e indivisível e, por isso mesmo, incompreendida se apartada e/ou fragmentada, os ideários de novecentos sublinharam a importância dos estudos holísticos do património, conferindo-lhes um dominador comum, o de pertencerem à categoria genérica da Arqueologia, enquanto "ciência do antigo" ou "das antiguidades". Não deixará de ser, no entanto, sintomático que, após 1910, apenas o grupo de trabalho dedicado aos estudos lisboenses se transformasse em secção, de pleno direito.

A maioria das outras sub-secções desapareceria, constituindo-se uma Secção de Arqueologia Pré-histórica apenas em 1926.

E foi precisamente um ano antes, em meados de 1925, que se fundou a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses – sintomaticamente apelidada de início de "Secção de Arqueologia Histórica" – com a finalidade de promover os estudos históricos, de um modo geral, e a preservação do património móvel e imóvel, em particular, no âmbito das três grandes fases que estabelecemos no seu crescimento.

### Nota final

Foi entre 1925 e as vésperas do primeiro centenário associativo (1963) que a AAP assistiu ao desenrolar de uma série de actividades promovidas pela Secção de História das quais sobressairia sempre a salvaguarda patrimonial, quer pela longa tradição associativa neste domínio, quer, ainda, pelos empenhamentos pessoais demonstrados por alguns dos seus mais notáveis dirigentes no âmbito da conservação e restauro do património artístico e arqueológico do país. E, tal como no início da sua predecessora, a RAACAP, também os membros desta Secção accionariam os seus mais díspares capitais em prol da inventariação desse mesmo património, tanto imóvel, quanto móvel, enquanto passo fundamental rumo à sua preservação. Uma vez mais, entendia-se que apenas se poderia resgatar e divulgar o que se conhecesse e registasse.

E será, precisamente, a análise das actividades desenvolvidas ao longo dos três principais períodos de actuação desta referencial Secção que pretendemos finalizar e dar a conhecer em breve a todos aqueles que se interessam pela História da libertação da *memória*, independentemente do seu suporte, tipologia e categoria patrimonial.

## Notas

<sup>1</sup> Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueóloga e Investigadora da Evolução do Pensamento Arqueológico, Museológico e Patrimonial. Email: acnmartins@clix.pt

<sup>2</sup> Sobre esta figura fundamental da consciência patrimonial do Portugal de oitocentos, veja-se, Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, AAP, 2003.

<sup>3</sup> *Ibid.* Veja-se de igual modo, Id., O Associativismo Erudito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX). *Actas del I Congreso Iberoamericano del Patrimonio Cultural, Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural e Id., "Uma Breve Incursão pelos Primórdios da Inventariação do Património Histórico-cultural Português (1859-1861)", Arqueologia*, Porto. 26, 2002.

<sup>4</sup> Para um conhecimento da evolução desta instituição desde a sua formação, veja-se, Ana Isabel de Melo Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa. 1863-1953*, Lisboa, FAUP, 2003.

<sup>5</sup> Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AH/AAP), *Actas da Secção de Arqueologia* (26/2/1901-15/1/1909). Sessão de 25/02/1901. Inédito.

## Referências Arquivísticas e Bibliográficas

### 1. Fontes

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.)

### 2. Bibliografia

*Actas do Colóquio Alexandre Herculano Liberalismo e Romantismo*. Santarém: Escola superior de Educação, 1999.

*Alexandre Herculano Visual gráfico colóquio comemorativo dos 120 anos da sua morte*. Lisboa: C.M.L., 1997.

BERÇÉ, Françoise - *Des Monuments Historiques au Patrimoine. Du XVIIIème Siècle à nos Jours*. Paris: Flammarion, 2000.

BLANCO, Javier Rivera - *De Varia Restauracione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*. Valladolid: R&R, 2001.

CHOAY, Françoise - *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

COELHO, Maria Teresa Pinto - *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*. In *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa: IPPAR, 1993.

FERREIRA, David Mourão - *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*. Lisboa: SEC, 1997. *Joanni V Magnífico. Pintura em Portugal no tempo de D. João V. 1706-1750*, Lisboa: IPPAR, 1994.

MARTINS, Ana Cristina N. - *O Associativismo Erudito e a Inventariação do Património Artístico e Arqueológico no Portugal Oitocentista. A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. In *Actas do II Congresso Internacional de História da Arte*, Porto: APHA, 2003 (no prelo).

— - *O Associativismo Erudito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX)*. In *Actas del I Congreso Iberoamericano del Patrimonio Cultural, Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural*.

— - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: A.A.P., 2003.

— - *Uma Breve Incursão pelos Primórdios da Inventariação do Património Histórico-cultural Português (1859-1861)*. *Arqueologia*, Porto. 26, 2002.

- NETO, Maria João Baptista - *James Murphy e o Restauro da Batalha*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001.
- POULOT, Dominique - *Patrimoine et Musées. L'Institution de la Culture*. Paris: Hachette, 2001.
- RÉAU, L. - *Histoire du Vandalisme. Les Monuments Détruits de l'Art Française*. t. II, Paris: Librairie Hachette, 1959.
- SCHAER, Roland - *L'Invention des Musées*. Paris: Gallimard, 1996.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. t. X-XII, Lisboa: Verbo, 1995.
- SIRE, Marie-Anne - *La France du Patrimoine. Les Choix de la Mémoire*. Paris: Gallimard, 1996.



Associação  
dos Arqueólogos  
Portugueses